

Comissão do Senado conclui que registros da dívida são confiáveis

BRASÍLIA — Três meses de trabalho, com ampla colaboração do Ministério da Fazenda e do Banco Central, foram suficientes para que a Comissão Especial de Verificação da Dívida Externa formada no Senado Federal concluísse pela confiabilidade dos registros brasileiros de endividamento externo. O Vice-Relator da Comissão, Senador Ronan Tito (PMDB-MG), que coordenou esses trabalhos, não vê necessidade de fazer uma auditoria mais ampla do que a realizada pela comissão de parlamentares em relação à dívida externa do País.

— Se é que houve desvio de recursos dos empréstimos externos, não há como provar — resume o Senador.

As voltas com cerca de cem mil documentos colocados à disposição da comissão pelo Banco Central, os senadores optaram por uma auditoria por amostragem, dada a inviabilidade de verificação caso a caso. Neste trabalho por amostragem, segundo Ronan Tito, não foram apuradas irregularidades. Isso confirma a sua tese de que, ao contrário de outros países latino-americanos envidados, como o México e a Argentina, o Banco Central brasileiro conta com um sistema avançado de controle dos registros externos.

— A única etapa ainda pendente



na auditoragem conduzida pelo Senado Federal sobre a dívida externa — acrescenta o Senador — diz respeito à contratação de empréstimos a taxas de juros flutuantes, o que torna o País muito mais vulnerável a elaborações de custos no mercado financeiro internacional.

Segundo Ronan Tito, débitos contratados a taxas de juros fixas foram recontratados a taxas flutuantes, sem que se possam identificar justificativas para essa mudança. Trata-se, como ele mesmo chamou atenção, de uma dúvida a respeito da política de estruturação da dívida externa brasileira, mas não de uma evidência de irregularidade na contabilidade desses débitos.

— Cabe ainda questionar — diz o

Senador — a aplicação dos recursos oriundos do endividamento externo. Isto é, se eles foram usados prioritariamente no financiamento de obras como a Transamazônica ou a Ponte Rio-Niterói.

A Comissão Especial do Senado não deverá, entretanto, se encarregar dessa tarefa, já que, na opinião de seu vice-relator, o trabalho dos parlamentares deve ser o de orientar o processo de renegociação da dívida externa do País conduzido pelo Ministério da Fazenda.

A iniciativa do Senado Federal de formar uma comissão dedicada exclusivamente à questão da dívida externa motivou o levantamento detalhado que o Banco Central está realizando sobre as origens e características dos débitos externos do

País. O trabalho foi solicitado à Diretoria da Área Externa do Banco Central pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e deverá resultar numa publicação inédita no Governo Federal sobre o assunto, com o título provisório de "Livro Branco sobre a Dívida Externa Brasileira".

O diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, encarregado da tarefa, adianta que se pode identificar entre os anos de 74 e 76 o primeiro e importante momento para a elevação da dívida externa, a partir dos crescentes déficits na balança comercial brasileira, provocados, principalmente, pelo aumento brusco nos preços internacionais do petróleo. A saída do governo brasileiro, na época, foi a contratação de empréstimos externos para cobrir os déficits na balança comercial. E novos empréstimos foram sendo tomados para cobrir, posteriormente, o pagamento do principal e dos juros desses débitos. A situação ainda se agravaria a partir de 79, quando foi registrado o choque nas taxas de juros internacionais, que se elevaram da média de 6 a 7,5% para um patamar de até 21%.

O livro, que ainda não tem data marcada para sua publicação, detalhará também o processo de decisão e de contratação efetiva do empréstimo externo no Governo brasileiro.